

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	102
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	57.466
Preferenciais	0
Total	57.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	445.122	462.113
1.01	Ativo Circulante	128.947	136.234
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.754	75.514
1.01.01.01	Caixa restrito	4.284	5.655
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	56.470	69.859
1.01.03	Contas a Receber	30.396	40.481
1.01.03.01	Clientes	22.320	34.367
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.076	6.114
1.01.04	Estoques	327	275
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.470	19.964
1.02	Ativo Não Circulante	316.175	325.879
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	109.185	118.613
1.02.01.03	Contas a Receber	2.014	1.876
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.014	1.876
1.02.01.06	Tributos Diferidos	90.056	90.166
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	90.056	90.166
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	48	62
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	17.067	26.509
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	17.067	26.509
1.02.02	Investimentos	63.893	64.482
1.02.02.01	Participações Societárias	63.893	64.482
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	63.893	64.482
1.02.03	Imobilizado	12.337	12.123
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.337	12.123
1.02.04	Intangível	130.760	130.661
1.02.04.01	Intangíveis	130.760	130.661
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	128.717	128.717
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.043	1.944

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	445.122	462.113
2.01	Passivo Circulante	203.652	171.698
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.267	6.267
2.01.02	Fornecedores	19.950	14.776
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.901	8.971
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.804	19.026
2.01.04.02	Debêntures	37.804	19.026
2.01.05	Outras Obrigações	129.830	115.686
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.102	13.491
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	13.102	13.491
2.01.05.02	Outros	116.728	102.195
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	9.175
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	2.932	2.549
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	108.970	86.329
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	4.073	3.385
2.01.05.02.06	Outras obrigações	753	757
2.01.06	Provisões	6.900	6.972
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.900	6.972
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.900	6.972
2.02	Passivo Não Circulante	138.874	159.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	112.500	131.250
2.02.01.02	Debêntures	112.500	131.250
2.02.02	Outras Obrigações	1.284	1.313
2.02.02.02	Outros	1.284	1.313
2.02.02.02.03	Adiantamentos de clientes	1.284	1.313
2.02.03	Tributos Diferidos	1.178	1.039
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.178	1.039
2.02.04	Provisões	23.912	25.578
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.912	25.578
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.162	15.774
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	9.750	9.804
2.03	Patrimônio Líquido	102.596	131.235
2.03.01	Capital Social Realizado	49.537	36.462
2.03.04	Reservas de Lucros	51.262	91.861
2.03.04.01	Reserva Legal	7.292	7.292
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.700	1.726
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	42.270	55.319
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	27.524
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	839	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	958	2.912

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	33.031	97.200
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.025	-65.894
3.03	Resultado Bruto	14.006	31.306
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.788	-6.497
3.04.01	Despesas com Vendas	-662	-203
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.795	-10.717
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-11.708	-10.034
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-1.087	-683
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.304	1.379
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	2.304	1.379
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.365	3.044
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.365	3.044
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.218	24.809
3.06	Resultado Financeiro	-3.129	-4.864
3.06.01	Receitas Financeiras	1.942	1.987
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.942	1.987
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.071	-6.851
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.929	-3.067
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquidas	-142	-3.784
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.089	19.945
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-250	-9.364
3.08.02	Diferido	-250	-9.364
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	839	10.581
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	839	10.581

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	839	10.581
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.954	-188
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.115	10.393

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.656	37.567
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.656	37.567
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-894	-690
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-32.151	-16.460
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.389	20.417
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.859	17.595
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.470	38.012

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	36.462	9.018	55.319	0	30.436	131.235
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.462	9.018	55.319	0	30.436	131.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.075	0	-13.075	0	-27.524	-27.524
5.04.01	Aumentos de Capital	13.075	0	-13.075	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-27.524	-27.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	839	-1.954	-1.115
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	839	0	839
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.954	-1.954
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-26	0	26	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-26	0	26	0	0
5.07	Saldos Finais	49.537	8.992	42.244	865	958	102.596

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.581	-188	10.393
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.581	0	10.581
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-188	-188
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-126	0	126	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-126	0	126	0	0
5.07	SalDOS Finais	31.462	7.402	80.104	10.707	12	129.687

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	35.971	112.700
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	35.941	112.148
7.01.02	Outras Receitas	86	207
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-56	345
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.911	-61.129
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.244	-57.892
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.667	-3.206
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-31
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.060	51.571
7.04	Retenções	-596	-852
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-596	-852
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.464	50.719
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.965	12.259
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.365	3.044
7.06.02	Receitas Financeiras	2.600	9.215
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.429	62.978
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.429	62.978
7.08.01	Pessoal	7.908	10.240
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.347	8.147
7.08.01.02	Benefícios	-1.708	1.803
7.08.01.03	F.G.T.S.	269	290
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.395	17.557
7.08.02.01	Federais	2.786	12.963
7.08.02.03	Municipais	-391	4.594
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.287	24.600
7.08.03.01	Juros	5.729	14.078
7.08.03.02	Aluguéis	2.906	11.193
7.08.03.03	Outras	-1.348	-671
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	839	10.581
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	839	10.581

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	520.726	521.803
1.01	Ativo Circulante	258.471	251.964
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	120.331	127.529
1.01.01.01	Caixa restrito	4.284	6.595
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	116.047	120.934
1.01.03	Contas a Receber	82.422	88.484
1.01.03.01	Clientes	51.169	66.097
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	31.253	22.387
1.01.04	Estoques	1.281	1.258
1.01.07	Despesas Antecipadas	54.437	34.693
1.02	Ativo Não Circulante	262.255	269.839
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	101.124	109.152
1.02.01.03	Contas a Receber	3.195	2.846
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.195	2.846
1.02.01.06	Tributos Diferidos	92.395	92.603
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92.395	92.603
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	513	639
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	5.021	13.064
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.021	13.064
1.02.03	Imobilizado	24.091	23.452
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24.091	23.452
1.02.04	Intangível	137.040	137.235
1.02.04.01	Intangíveis	137.040	137.235
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	134.810	135.074
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.230	2.161

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	520.726	521.803
2.01	Passivo Circulante	268.719	219.461
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.135	9.291
2.01.02	Fornecedores	45.396	36.475
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.487	17.423
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.804	19.026
2.01.04.02	Debêntures	37.804	19.026
2.01.05	Outras Obrigações	156.540	129.752
2.01.05.02	Outros	156.540	129.752
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	442	9.616
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	2.932	2.549
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	148.276	113.290
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	4.073	3.466
2.01.05.02.06	Outras obrigações	817	831
2.01.06	Provisões	7.357	7.494
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.357	7.494
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.357	7.494
2.02	Passivo Não Circulante	147.279	169.024
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	112.500	131.250
2.02.01.02	Debêntures	112.500	131.250
2.02.02	Outras Obrigações	1.284	1.313
2.02.02.02	Outros	1.284	1.313
2.02.02.02.03	Adiantamentos de clientes	1.284	1.313
2.02.03	Tributos Diferidos	1.562	1.429
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.562	1.429
2.02.04	Provisões	31.933	35.032
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.933	35.032
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.365	21.915
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	12.568	13.117
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	104.728	133.318
2.03.01	Capital Social Realizado	49.537	36.462
2.03.04	Reservas de Lucros	51.262	91.861
2.03.04.01	Reserva Legal	7.292	7.292
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.700	1.726
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	42.270	55.319
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	27.524
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	839	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	958	2.912
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.132	2.083

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	82.070	161.536
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-58.433	-120.638
3.03	Resultado Bruto	23.637	40.898
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.063	-14.769
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.894	-765
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.916	-18.325
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-18.660	-17.330
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-1.256	-995
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.747	4.321
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	3.747	4.321
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.574	26.129
3.06	Resultado Financeiro	-3.186	-4.917
3.06.01	Receitas Financeiras	2.666	2.364
3.06.01.01	Receitas financeiras	2.666	2.364
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.852	-7.281
3.06.02.01	Despesas financeiras	-5.885	-4.146
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquidas	33	-3.135
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.388	21.212
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.500	-10.429
3.08.01	Corrente	-1.261	-1.101
3.08.02	Diferido	-239	-9.328
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	888	10.783
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	888	10.783
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	839	10.581
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	49	202

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	888	10.783
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.954	-188
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.066	10.595
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.115	10.393
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	49	202

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.589	25.759
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.589	25.759
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.908	-1.124
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.160	-738
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.408	-430
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.887	23.467
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	120.934	55.165
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	116.047	78.632

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	36.462	9.018	55.319	0	30.436	131.235	2.083	133.318
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.462	9.018	55.319	0	30.436	131.235	2.083	133.318
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.075	0	-13.075	0	-27.524	-27.524	0	-27.524
5.04.01	Aumentos de Capital	13.075	0	-13.075	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-27.524	-27.524	0	-27.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	839	-1.954	-1.115	49	-1.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	839	0	839	49	888
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.954	-1.954	0	-1.954
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-26	0	26	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-26	0	26	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	49.537	8.992	42.244	865	958	102.596	2.132	104.728

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294	1.774	121.068
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294	1.774	121.068
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.581	-188	10.393	202	10.595
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.581	0	10.581	202	10.783
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-188	-188	0	-188
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-126	0	126	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-126	0	126	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.462	7.402	80.104	10.707	12	129.687	1.976	131.663

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	88.745	184.351
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	88.489	182.931
7.01.02	Outras Receitas	429	1.589
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-173	-169
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-56.160	-107.695
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-48.054	-104.260
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.073	-5.676
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-73
7.02.04	Outros	-33	2.314
7.03	Valor Adicionado Bruto	32.585	76.656
7.04	Retenções	-1.190	-1.480
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.190	-1.480
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	31.395	75.176
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.891	10.906
7.06.02	Receitas Financeiras	3.891	10.906
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.286	86.082
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.286	86.082
7.08.01	Pessoal	13.690	16.291
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.327	13.598
7.08.01.02	Benefícios	-2.001	2.310
7.08.01.03	F.G.T.S.	364	383
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.849	27.048
7.08.02.01	Federais	9.339	20.117
7.08.02.02	Estaduais	2.770	1.336
7.08.02.03	Municipais	-260	5.595
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.859	31.960
7.08.03.01	Juros	5.698	13.918
7.08.03.02	Aluguéis	3.914	16.028
7.08.03.03	Outras	-753	2.014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	888	10.783
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	839	10.581
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	49	202

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Visão Geral sobre o Setor e a Companhia

O setor de entretenimento ao vivo é amplo e engloba (i) os provedores de diversos conteúdos, (ii) os promotores de eventos ou shows, (iii) operadores de casas de espetáculos e de serviço de estacionamento, (iv) operadores de alimentos, bebidas e *merchandising* e (v) comercialização de ingressos. O mercado da América do Sul é bastante fragmentado em relação à quantidade de competidores em cada atividade quando da realização do evento.

Atuamos de forma diversificada e verticalizada, com um modelo de negócios integrado, auferindo receitas de uma variedade de atividades relacionadas à promoção de eventos ao vivo. Somos a empresa líder no mercado de entretenimento ao vivo na América do Sul e a terceira maior do mundo em número de ingressos vendidos em 2010, conforme pesquisa da *Billboard*. Acreditamos que não há nenhuma outra empresa com modelo de negócios totalmente integrado, verticalizado e com o volume de conteúdo de qualidade que possuímos.

Na atividade de **Promoção de Eventos** exploramos a venda de ingressos dos espetáculos que promovemos, incluindo:

Música ao Vivo: produções de concertos ao vivo de ícones da música internacional e nacional, como por exemplo: *U2*, *AC/DC*, *Madonna*, *Bon Jovi*, *Aerosmith*, *Metallica*, *Jonas Brothers*, *Rush*, 3 Tenores, Roberto Carlos, Caetano Veloso, entre muitos outros;

Espetáculos Familiares, Teatro e Exposições Culturais: produções de espetáculos para o entretenimento familiar, tais como *Disney on Ice* e *Cirque du Soleil*, bem como espetáculos teatrais, representados por musicais autênticos da Broadway, entre os quais *Mamma Mia!*, *Fantasma da Ópera*, *A Bela e a Fera* e *Cats*, e exposições culturais como *Bodies* (Corpos) e Leonardo da Vinci; e

Eventos Esportivos: produções com foco em automobilismo, dentre os quais estão a “Copa Caixa” Stock Car, “Copa Chevrolet” Montana e Mini Challenge.

Na atividade de **Operação de Bilheteria, Comercialização de Alimentos, Bebidas e Produtos Promocionais (*merchandising*) e Operação de Casas de Espetáculos** (i) gerimos a venda de ingressos, oferecendo diversos tipos de canais de vendas, tais como pontos de vendas, *call centers* e vendas *on-line* (internet), mediante a cobrança de taxa de conveniência; (ii) comercializamos alimentos, bebidas e *merchandising* e; (iii) operamos cinco das casas de espetáculos mais importantes da América do Sul, sendo quatro no Brasil e uma na Argentina.



Credicard Hall



Citibank Hall SP



Teatro Abril



Citibank Hall RJ



Opera Citi

Comentário do Desempenho

Na comercialização de **Patrocínios**, acreditamos que gozamos de um diferencial competitivo único na atração de grandes patrocinadores corporativos por aliarmos conteúdos artísticos, culturais e esportivos de alta qualidade.

Destaques Financeiros e Operacionais

<i>(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)</i>	1T10	1T11	Var. 11/10	2009	2010	Var. 10/09
Indicadores Financeiros						
Receita Líquida	161.536	82.070	-49%	434.559	569.179	31%
Promoção de Eventos	115.020	53.514	-53%	248.531	354.973	43%
Música ao Vivo	76.815	45.841	-40%	154.336	219.166	42%
Eventos Família, Teatro e Exposições Culturais	36.376	6.958	-81%	82.604	122.584	48%
Eventos Esportivos	1.829	715	-61%	11.591	13.222	14%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	19.595	11.614	-41%	65.283	89.907	38%
Patrocínio	26.920	16.942	-37%	120.745	124.300	3%
Promoção de Eventos	23.197	12.351	-47%	101.869	101.659	0%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	3.723	4.591	23%	18.875	22.641	20%
Lucro Bruto	40.898	23.637	-42%	106.015	165.965	57%
Margem Bruta (%)	25,3%	28,8%	3,5 p.p.	24,4%	29,2%	4,8 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	27.770	7.830	-72%	46.086	95.109	106%
Margem EBITDA Ajustada (%)	17,2%	9,5%	-7,7 p.p.	10,6%	16,7%	6,1 p.p.
EBITDA	27.770	6.764	-76%	46.086	95.109	106%
Margem EBITDA (%)	17,2%	8,2%	-8,9 p.p.	10,6%	16,7%	6,1 p.p.
Lucro Líquido	10.783	888	-92%	5.974	40.263	574%
Margem Líquida (%)	6,7%	1,1%	-5,6 p.p.	1,4%	7,1%	5,7 p.p.

(1) Excluindo despesas não recorrentes exclusivamente relacionadas à preparação para abertura de capital.

	1T10	1T11	Var. 11/10	2009	2010	Var. 10/09
Indicadores Operacionais ⁽²⁾						
Música ao Vivo						
Número de Eventos	70	70	-	295	348	18%
Total de Ingressos Vendidos (000)	673	334	-50%	1.440	1.801	25%
Preço Médio por Ingresso	127	138	9%	105	127	20%
Eventos Família e Teatro						
Número de Eventos	107	96	-10%	661	737	11%
Total de Ingressos Vendidos (000)	158	57	-64%	740	936	26%
Preço Médio por Ingresso	263	107	-59%	133	146	9%

(2) Não inclui Exposições Culturais e Eventos Esportivos

Discussão dos Resultados Trimestrais

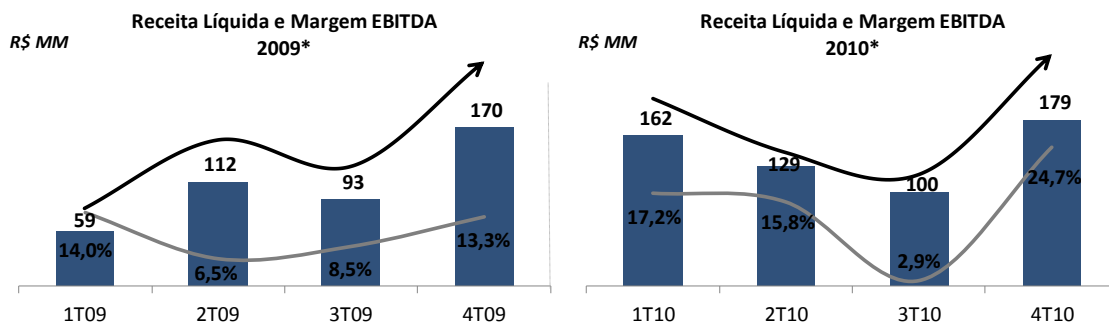
O primeiro trimestre do ano é tradicionalmente o mais fraco dos trimestres no nosso ramo de atividade, por estarmos (i) concentrados em grandes metrópoles que sofrem os efeitos das férias de verão, e (ii) em particular neste ano de 2011, no Brasil, quando o Carnaval ocorreu tardiamente (março). Sendo assim, a receita reconhecida no 1T11 tem pouco peso relativo na expectativa de receita e do resultado para o restante do ano. Reforçando esta afirmação, antecipamos que a

Comentário do Desempenho

receita líquida do mês de abril de 2011, isoladamente, foi superior a R\$110 milhões, ou seja, 34% maior que todo o primeiro trimestre.

Adicionalmente, a comparação do 1T11 contra o primeiro trimestre do ano passado ficou bastante distorcida pela base de comparação alta e atípica, já que (iii) tivemos no 1T10, excepcionalmente, uma concentração de 17 grandes shows em estádios (*Metallica, Coldplay, Guns n' Roses*), ou seja, mais de 50% do total de shows de estádio do ano de 2010 foram realizados no primeiro trimestre. Além disso, realizamos a temporada de espetáculos *Cirque du Soleil* nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que são tradicionalmente os 2 maiores mercados para este conteúdo.

O comportamento natural da sazonalidade dos trimestres é algo que se assemelha ao ocorrido no ano de 2009, como mostra o gráfico abaixo à esquerda, o que contrasta com a atípica geração de resultados do 1T10 (gráfico à direita):



* Valores trimestrais ainda não revisados por auditoria externa, com exceção do 1T10.

Também destacamos que no ano 2009 a receita líquida do primeiro trimestre representou somente 13,5% da receita total do ano, e que a margem de EBITDA em cada trimestre é influenciada não só pelo volume de receita, mas também pelo *mix* de conteúdos promovidos.

Com o intuito de possibilitar melhor compreensão do nosso negócio, é importante salientar que, historicamente, (i) o segundo trimestre é melhor que o primeiro, (ii) o segundo semestre é mais forte que o primeiro, e (iii) o quarto trimestre é o mais forte do ano.

Desempenho Financeiro e Operacional no 1T11

No 1T11, realizamos 166 eventos com 391 mil ingressos vendidos, sem considerar exposições e eventos esportivos. Dentre os principais shows e eventos realizados no 1T11, destacamos:

Música ao Vivo: promoção das turnês internacionais: *Seal, Backstreet Boys, Paramore* e início da turnê de *Ozzy Osbourne*, que passaram pelo Brasil, Argentina e Chile, totalizando 21 apresentações, além de shows nacionais como *Exaltasamba*, *Fábio Júnior* e *Victor & Léo*, dentre outros.

Espetáculos Familiares, Teatro e Exposições Culturais: musicais originais da Broadway *Mamma Mia!* em São Paulo, e *Sounds of Music* (A Noviça Rebelde), em Buenos Aires, e exposições culturais como *Bodies* (Corpos) em Brasília e *Titanic* em Porto Alegre. Não foram realizadas apresentações de espetáculos familiares no 1T11.

Comentário do Desempenho

Eventos Esportivos: início da temporada 2011 da “Copa Caixa” Stock Car com a realização da 1ª etapa em Curitiba.

No 1T11, a Companhia apresentou receita líquida de R\$82,1 milhões, uma retração de 49% frente ao 1T10. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores:

Promoção de eventos

Música ao vivo

As receitas líquidas de música ao vivo apresentaram redução de 40% na comparação com o 1T10, apesar do incremento no preço médio por ingresso em 9% e mesmo número de apresentações. A variação na receita é justificada pela diferença de perfil dos concertos realizados, que resultou em menor quantidade de ingressos vendidos na comparação entre os períodos. Enquanto que no 1T10 tivemos uma atípica concentração de turnês de grandes nomes da música internacional como *Metallica*, *Coldplay* e *Guns n’ Roses*, realizando concertos em estádios e ao ar livre, no 1T11 tivemos basicamente turnês indoor de artistas internacionais, como *Seal*, *Paramore* e *Backstreet Boys*, com apresentações em 5 grandes cidades brasileiras, em linha com nosso projeto de expansão geográfica.

Eventos família, teatro e exposições culturais

As receitas líquidas de eventos família, teatro e exposições culturais recuaram 81%, variação impactada pelo menor número de apresentações e diferente *mix* de conteúdos. No 1T10 realizamos a turnê do *Cirque du Soleil* em São Paulo e Rio de Janeiro, e tivemos o início das temporadas de *Cats* em São Paulo e *A Bela e a Fera* na Argentina. Em comparação, no 1T11 não realizamos apresentações do *Cirque du Soleil*, somente musicais da *Broadway*, com 77 apresentações da peça *Mamma Mia!* em São Paulo e o início da temporada de *Sounds of Music* em Buenos Aires (19 apresentações). Os ingressos vendidos apresentaram retração de 64%, e o preço médio por ingresso, que foi R\$263 no 1T10, graças ao *Cirque du Soleil*, conteúdo de classe *premium* e com valor dos ingressos bem acima da média para esse grupo de conteúdo, passou para R\$107 no 1T11.

Eventos esportivos

As receitas de eventos esportivos registraram redução de 61%, devido à mudança de calendário da temporada de corridas Stock Car. No 1T10 a abertura da temporada aconteceu em São Paulo, onde há uma maior demanda por HC’s (*hospitality centers*), camarotes e maior preço médio de ingresso em relação à cidade de Curitiba, onde foi realizada a abertura da temporada e única prova no 1T11.

Operação de bilheteria, alimentos e bebidas e de casas de espetáculos

As receitas de operação de bilheteria, alimentos e bebidas e de casas de espetáculos diminuíram 41%, em função de uma redução na operação de bilheteria, alimentos e bebidas e venda de *merchandising*. No 1T10, realizamos *Cirque du Soleil* e grandes shows de estádio, eventos em que há maior consumo de alimentos e bebidas, venda de *merchandising* e um maior percentual de público que adquire seus ingressos por canais que geram taxa de conveniência.

Patrocínios

Comentário do Desempenho

Promoção de eventos

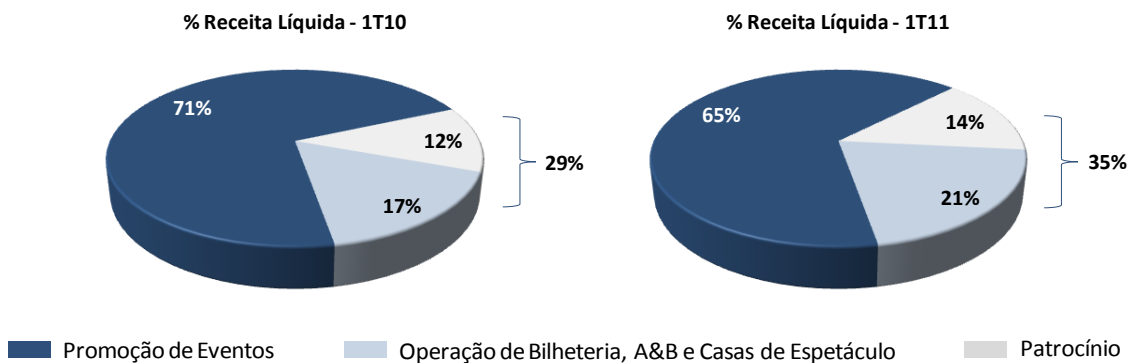
As receitas de patrocínios em nossa atividade de promoção de eventos recuaram 47%. Essa variação é justificada pela realização do Cirque du Soleil no 1T10, um conteúdo que apresenta expressivo volume de patrocínio na composição de sua receita total. Comparativamente, no 1T11, o conteúdo com maior volume de patrocínio é o *Mamma Mia!*, o qual captou recursos conforme a Lei Rouanet (Brasil) de incentivo à cultura, sem reconhecimento de receita e com a contrapartida registrada no passivo da Companhia.

Operação de bilheteria, alimentos e bebidas e de casas de espetáculos

A receita de patrocínio em nossas atividades de operação de bilheteria, alimentos e bebidas e de casas de espetáculos aumentou 23%, para R\$4,6 milhões. Essa variação ocorreu devido à assinatura de novos contratos para esse segmento de negócio.

Lucro Bruto e Margem Bruta

A Companhia encerrou o 1T11 com um lucro bruto de R\$23,6 milhões. A redução de 42% em relação ao 1T10 é explicada pelo menor reconhecimento de receita no período, conforme discutido anteriormente. No entanto, a margem bruta teve um importante aumento de 3,5 p.p. sobre o 1T10, passando para 28,8%, devido a maior participação percentual de (i) patrocínios e (ii) de operações de bilheteria, alimentos e bebidas, e de casas de espetáculos, no total da receita reconhecida no 1T11, que são linhas de negócio com maiores margens de contribuição, conforme gráficos a seguir:



EBITDA

A Companhia encerrou o 1T11 com um EBITDA de R\$7,8 milhões, e margem de 9,5% da receita líquida, quando ajustado pela exclusão de despesas não-recorrentes relacionadas a abertura de capital (*IPO* ocorrido no mês de abril). Considerando o impacto negativo não-recorrente do *IPO*, o EBITDA foi de R\$6,8 milhões com margem de 8,2%. Além do menor lucro bruto, a redução do resultado operacional é explicada também por um incremento nas despesas em função do fortalecimento da estrutura corporativa para suportar o crescimento futuro da Companhia, incluindo a captura de

Comentário do Desempenho

novas oportunidades de negócio e a expansão de nossas operações para novos mercados para fazer frente ao novo ciclo de expansão da empresa.

(em milhares de R\$)	1T10	1T11	Var. 11/10	2009	2010	Var. 10/09
Reconciliação do EBITDA						
Lucro Líquido	10.783	888	-92%	5.974	40.263	574%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	10.429	1.500	-86%	(5.331)	27.957	-624%
(-) Resultado Financeiro Líquido	4.917	3.186	-35%	30.419	21.923	-28%
(-) Depreciações e Amortizações	1.641	1.190	-27%	15.024	4.966	-67%
= EBITDA	27.770	6.764	-76%	46.086	95.109	106%
Margem EBITDA	17,2%	8,2%	-8,9 p.p.	10,6%	16,7%	6,1 p.p.
Despesas de IPO	-	1.066	n.a.	-	-	n.a.
= EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	27.770	7.830	-72%	46.086	95.109	106%
Margem EBITDA Ajustada	17,2%	9,5%	-7,7 p.p.	10,6%	16,7%	6,1 p.p.

(1) Excluindo despesas não recorrentes exclusivamente relacionadas à preparação para abertura de capital.

Lucro Líquido

O menor desempenho operacional em relação do 1T10 foi determinante na variação negativa do lucro líquido, que foi de R\$0,9 milhão com margem líquida de 1,1% no 1T11, ante R\$10,8 milhões com margem líquida de 6,7% no 1T10.

Capital de Giro

A Companhia continuou apresentando necessidade de capital de giro negativa, considerando a variação dos ativos e passivos circulantes operacionais, para o trimestre findo em 31 de março de 2011 em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$25,3 milhões. Essa variação da necessidade do capital de giro negativa é decorrente do nosso tipo de negócio, o qual é fortemente gerador de caixa. O principal motivo é que recebemos antecipadamente pelos serviços provenientes de contratos de patrocínios, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos; itens refletidos em nosso balanço patrimonial pela conta adiantamento de clientes, no passivo circulante.

O nosso passivo circulante total era de R\$250,0 milhões em 31 de março de 2011 (13,9% acima do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010), valor inferior ao nosso ativo circulante total, que, na mesma data, era de R\$258,5 milhões (2,6% acima do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010).

Fluxo de Caixa

Comentário do Desempenho

(em milhões de R\$)	1T10	1T11
FLUXO DE CAIXA		
Lucro líquido do exercício	10,8	0,9
Depreciação e amortização	1,6	1,2
Ajustes para reconciliar o LL com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	14,2	2,8
(Aumento) / Redução nos ativos e passivos operacionais	(0,8)	26,7
Caixa gerado pelas atividades operacionais	25,8	31,6
Aquisição de imobilizado e intangível	(1,1)	(1,9)
Caixa gerado pelas atividades de investimento	(1,1)	(1,9)
Pagamento de dividendos	-	(27,9)
Outras atividades de financiamento	(0,7)	(5,3)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	(0,7)	(33,2)
Variação cambial sobre caixa	(0,4)	(1,4)
(AUMENTO) REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA	23,5	(4,9)

Apesar da retração do EBITDA e lucro líquido em relação ao 1T10, fomos ainda capazes de apresentar no 1T11 uma maior geração de caixa líquido operacional (+22,5%) no período, ou seja, R\$31,6 milhões, quando comparado com igual período do ano anterior, R\$25,8 milhões.

Endividamento

Em 31 de março de 2011, o endividamento total da Companhia correspondia a R\$150,3 milhões, composto apenas pelas nossas debêntures emitidas em março de 2010, descritas abaixo. O nosso endividamento líquido ficou em R\$34,3 milhões.

Em março de 2010, a Companhia realizou através do Banco Bradesco BBI S.A., uma emissão de debêntures não-conversíveis, em série única, no valor total de R\$150 milhões pelo prazo de cinco anos, com pagamento trimestral de juros atrelados à taxa CDI, acrescidos de uma sobretaxa média de 1,83% a.a., e amortizações semestrais a partir de setembro de 2011.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido consolidado diminuiu 21,4%, ou R\$28,6 milhões, passando de R\$133,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$104,7 milhões em 31 de março de 2011. Essa variação é explicada principalmente pelo pagamento de dividendos no valor de R\$27,5 milhões, conforme já registrado anteriormente no balanço patrimonial.

O patrimônio líquido consolidado, em 31 de março de 2011, representava 20,1% do ativo total na mesma data.

Comentário do Desempenho

Operações

Também finalizamos a implantação de projetos organizacionais importantes, tais como o da (i) consolidação da área de suprimentos, com mais de 90% de nossas compras centralizadas e aumentando o nosso poder de negociação e barganha perante nossos fornecedores, (ii) início do programa de *trainees (Time for Training)*, e (iii) redesenho da estrutura corporativa, com a criação de novas diretorias (CEO-Brasil, CEO-Internacional), *job rotation* do diretor de shows para diretoria de Operações, e contratações de novos profissionais para Diretoria de Shows, Tickets/TI e Financeira/RI, entre outras importantes ações.

Eventos Subsequentes

Em 12 de abril de 2011, a Companhia lançou sua oferta inicial de ações (*IPO*) no montante total de R\$ 503 milhões, tornando-se companhia de capital aberto negociada no Novo Mercado da BM&FBovespa em São Paulo. No dia seguinte (13 de abril), as ações ordinárias passaram a ser negociadas sob o símbolo “SHOW3”.

Parte do *IPO* foi representada por uma Oferta Primária de ações no montante bruto de R\$ 188 milhões, o que representa um aumento em nosso patrimônio líquido de R\$180 milhões, deduzidas as despesas de comissões da Oferta.

Pipeline de Conteúdos

Em abril completamos a turnê do *U2 “360° Tour”* na América do Sul, totalizando 7 shows, sendo 3 em São Paulo no estádio do Morumbi, 3 em Buenos Aires no estádio de La Plata e 1 em Santiago do Chile no estádio Nacional. Na turnê foram vendidos mais de 480 mil ingressos, representando receita líquida de venda de ingressos superior a R\$80 milhões. Adicionalmente, realizamos turnês de artistas renomados da música internacional como *Ozzy Osbourne* em 4 capitais no Brasil, em Buenos Aires e Santiago; *Roxette*, que passou pelo Brasil, com apresentações em 5 capitais, em linha com nosso plano de expansão geográfica, Argentina e Chile; *Cypress Hill*; *Deftones*; *Avenged Sevenfold*, entre outros.

Para maio e junho, já temos mais de 55 shows confirmados e com vendas abertas, entre eles, *John Fogerty*; *Ian Anderson*; *Scott Stapp*; *Alice Cooper*, além de dezenas de artistas nacionais. Em relação às peças teatrais, no 2T11 daremos continuidade aos conteúdos que estão em cartaz, *Mamma Mia!* no Teatro Abril em São Paulo e *Sounds of Music* (A Noviça Rebelde) no Opera Citi em Buenos Aires.

Ainda no 2T11, nossa divisão de eventos esportivos promoverá 4 etapas do circuito “Copa Caixa” de Stock Car, que serão realizadas em São Paulo, Ribeirão Preto, Porto Alegre e Campo Grande.

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$ e/ou milhares de dólares norte-americanos - US\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, conjuntos 42, 52, 61 e 62, na cidade de São Paulo - SP.

Em 13 de abril de 2011, a Companhia passou a ter suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código SHOW3.

A Companhia tem por objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos, como teatros, ginásios e estádios.

A Companhia administra quatro casas de espetáculos no Brasil: Credicard Hall, Citibank Hall e Teatro Abril, em São Paulo, e Citibank Hall, no Rio de Janeiro, e uma casa de espetáculos na Argentina: o Teatro Opera Citi. Além de no Brasil, as operações incluem eventos na Argentina e no Chile, através das controladas, e no Peru. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela divulgação das corridas automobilísticas das categorias Copa Caixa Stock Car, Copa Chevrolet Montana e Copa Mini Challenge.

Em agosto de 2008, a Companhia assinou com a Live Nation Worldwide, a maior empresa de entretenimento ao vivo do mundo, um contrato que engloba: (a) não competição; (b) agendamento de shows; e (c) exclusividade para as turnês internacionais dos artistas por esta geridos. O contrato cobre o território da América do Sul (exceto Colômbia) e tem duração de sete anos. Com esse contrato a Companhia beneficia-se do aumento de seu portfólio de conteúdos, alavancando seus negócios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, compreendem:

Notas Explicativas

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com o CPC 21, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto de informações, lado a lado.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nos trimestres apresentados e nas informações contábeis intermediárias da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRSs):

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Despesas antecipadas

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado do trimestre à medida que os correspondentes eventos, shows e espetáculos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas**h) Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em propriedades de terceiros, que estão sendo depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor. Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia efetuou reavaliação do ativo imobilizado em 2006, o custo atribuído (“deemed cost”) do ativo imobilizado não difere dos valores contábeis registrados nas informações contábeis intermediárias.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros (prejuízos) acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 27. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e sua controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes em 31 de dezembro de 2007.

j) Aquisições de controladas - ágio

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRSs

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

Em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, no momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão ocorrerá somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação CVM nº 527/07, que

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

k) Outros intangíveis

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado do trimestre.

l) Redução do valor recuperável do ágio (excluindo ágios)

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Essa prática aplica-se tão somente aos ativos com vida útil definida.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

Nas datas de encerramento dos balanços, a Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado, o intangível e as despesas antecipadas, a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Notas Explicativas

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

Nas datas de encerramento dos balanços, a Companhia revisa o valor contábil dos bens do imobilizado e do intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda do valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de determinar a extensão da perda do valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do trimestre.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do trimestre.

n) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação cambial ou monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas de encerramento dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

o) Debêntures

Registradas pelo valor principal, acrescido dos respectivos encargos, que são apropriados em despesas financeiras com juros e variações monetárias. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

p) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

q) Provisão

Reconhecida apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

r) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do trimestre à medida que os serviços forem prestados.

s) Reconhecimento de receita

Receita de serviços

As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via Internet ou pelo telefone, são registradas quando da efetiva prestação do serviço de conveniência ou entrega dos ingressos.

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” referem-se à nomeação das casas de espetáculos e são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínio são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receita de produtos

Notas Explicativas

As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

t) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do trimestre, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos trimestres, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e CSLL diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

u) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado do trimestre a título de variação cambial.

v) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" e reconhecida no resultado do trimestre quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias (nenhuma das quais situada em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio.
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".
- iv) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

- v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (2) ativos financeiros disponíveis para venda; e (3) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos

Notas Explicativas

financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os passivos e ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo e passivo circulantes, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo e passivo não circulantes. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, no caso da Companhia, compreendem caixa, saldos bancários (nota explicativa nº 6), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 15) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do trimestre.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas resumem-se

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, sendo mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do trimestre.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos, com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 28.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

w) Plano de remuneração baseado em ações

Os contratos de outorga do plano de remuneração baseado em ações celebrados entre a Companhia e seus executivos determinam que os ganhos decorrentes da valorização desses instrumentos serão liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo, e são registrados como passivo financeiro.

O valor justo desses instrumentos foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” no fim de cada período de reporte, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007. Os resultados decorrentes da re-mensuração desses instrumentos são registrados no resultado do trimestre.

x) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Notas Explicativas

Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

y) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

z) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

aa) Novas normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de março de 2011; entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	Aplicável a períodos anuais com início
		<u>em ou após</u>
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência	1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

mínima de financiamento

- (ii) As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	Aplicável a períodos anuais com início <u>em ou após</u>
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as informações contábeis intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de

Notas Explicativas

renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços consolidados.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até a data de encerramento do exercício, nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de um investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperação de ágio.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato.

5. CONSOLIDAÇÃO SOCIETÁRIA

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas. Nas controladas foram destacadas as participações dos acionistas não controladores.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data de encerramento dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o trimestre, sobre o patrimônio líquido no início do trimestre, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro ou prejuízo acumulado do período é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do período. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Notas Explicativas

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00

Controladas indiretas

T4F Entretenimientos S.A.	100,00	100,00
Pop Art S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Promaser S.A.	100,00	100,00

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>(BR GAAP)</u>		<u>(IFRS)</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e bancos	512	787	19.748	29.479

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

Aplicações financeiras:

Fundo de Investimento no Multimercado (a)	-	-	23.192	5.076
Certificado de Depósito Bancário - CDB/ Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	79	10.619	2.994	15.613
Operação compromissada DI (c)	50.763	58.453	64.997	70.766
Fundo de Investimento Cambial (d)	<u>5.116</u>	<u>-</u>	<u>5.116</u>	<u>-</u>
Total	<u>56.470</u>	<u>69.859</u>	<u>116.047</u>	<u>120.934</u>

- a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e rentabilidade média de 5% ao ano no trimestre findo em 31 de março de 2011 (8,5% ao ano em dezembro de 2010).
- b) CDBs a prazo fixo, com liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 98% a 101% (98% a 101% em 31 de dezembro de 2010) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- c) Depósitos a prazo fixo com um mercado de liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 99% a 102,2% (99% a 102,2% em 31 de dezembro de 2010) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Essas operações estão classificadas na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- d) Fundo de investimento cambial composto por 8.027.706 cotas, com cotação média de 0,6477610, prazo indeterminado, liquidez diária e rentabilidade vinculada às variações do dólar comercial norte-americano, mantido em instituição financeira no Brasil.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, mantidos em nome da controladora ou de suas controladas no Banco do Brasil S.A. e vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Rouanet (vide nota explicativa nº 19). Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os recursos captados estavam mantidos em conta corrente bancária.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

- a) São compostas por:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Clientes faturados (i)	6.667	6.580	20.416	23.302
Bilheteria (ii)	9.493	19.797	24.927	36.488
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	<u>6.353</u>	<u>8.127</u>	<u>8.032</u>	<u>8.414</u>
Total das contas a receber	22.513	34.504	53.375	68.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(193)</u>	<u>(137)</u>	<u>(2.206)</u>	<u>(2.107)</u>
Total	<u>22.320</u>	<u>34.367</u>	<u>51.169</u>	<u>66.097</u>

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Contas a receber originadas pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
A vencer	21.343	33.714	37.375	49.082
Vencidas:				
Até 30 dias	76	636	11.261	14.777

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

De 31 a 60 dias	873	17	1.219	1.289
De 61 a 90 dias	28	-	746	672
De 91 a 180 dias	56	-	649	234
Há mais de 180 dias	<u>137</u>	<u>137</u>	<u>2.125</u>	<u>2.150</u>
Total das contas a receber	<u>22.513</u>	<u>34.504</u>	<u>53.375</u>	<u>68.204</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto, a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente.

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	137	2.107
Adições	56	260
Reversões e baixas	-	(163)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>193</u>	<u>(2.206)</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
IRPJ/CSLL - antecipações	34	34	6.177	5.047

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.294	1.129	1.772	1.547
PIS a recuperar	-	-	39	39
COFINS a recuperar	-	-	180	180
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	291	868
Imposto sobre faturamento (*)	-	-	5.563	4.562
Outros	<u>241</u>	<u>256</u>	<u>1.397</u>	<u>2.215</u>
Total	<u>1.569</u>	<u>1.419</u>	<u>15.419</u>	<u>14.458</u>

(*) Imposto sobre ingressos brutos, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados (*)	2.956	1.251	11.690	4.054
Outros	<u>911</u>	<u>565</u>	<u>2.072</u>	<u>838</u>
Total	<u>3.867</u>	<u>1.816</u>	<u>13.762</u>	<u>4.892</u>

(*) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá quando da respectiva realização.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se principalmente a valores desembolsados com antecedência para a realização de eventos, shows e espetáculos ("eventos"), substancialmente representados por cachês aos artistas e aparatos da produção dos shows, sendo apropriados ao resultado do trimestre à medida que os eventos ocorrem.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados	36.551	19.531	50.383	32.494
Outras	<u>967</u>	<u>495</u>	<u>4.567</u>	<u>2.838</u>
Total	<u>37.518</u>	<u>20.026</u>	<u>54.950</u>	<u>35.332</u>
Circulante	37.470	19.964	54.437	34.693
Não circulante	48	62	513	639

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo**a) 31 de março de 2011****a.1) Controladora (BR GAAP)**

Notas Explicativas

	Ativo não <u>circulante</u>	Passivo <u>circulante</u>	Despesa <u>financeira</u>	Receita <u>financeira</u>
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.186	-	(94)	35
T4F Inversiones S.A. (ii)	11.296	-	(501)	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	3.003	-	-	52
B.A. Inversiones S.A.	467	-	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (v)	969	-	-	-
Área Marketing Brasil Ltda.	77	-	-	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	22	-	-	-
T4F Chile S.A. (iv)	-	13.102	(64)	494
Vicar Promoções Desportivas S.A.	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>17.067</u>	<u>13.102</u>	<u>(659)</u>	<u>581</u>

a.2) Consolidado (IFRS)

	Ativo não <u>circulante</u>	Receita <u>financeira</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	4.186	51
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	<u>835</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.021</u>	<u>51</u>

b) 31 de dezembro de 2010

b.1) Controladora (BR GAAP)

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

	Ativo não <u>circulante</u>	Passivo <u>circulante</u>
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.241	-
T4F Inversiones S.A. (ii)	11.783	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	11.360	-
B.A. Inversiones S.A.	484	-
Área Marketing Brasil Ltda.	452	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	120
T4F Chile S.A. (iv)	-	13.371
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	969	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	119	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	<u>101</u>	<u>-</u>
Total	<u>26.509</u>	<u>13.491</u>

b.2) Consolidado (IFRS)

	Ativo não <u>circulante</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	12.231
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	<u>833</u>
Total	<u>13.064</u>

- (i) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$5.206 mil, cujo saldo atualizado em 31 de março de 2011 corresponde a R\$2.093, não serão integralizados ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na

Notas Explicativas

rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes serão atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.

- (ii) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$25.654 mil, cujo saldo atualizado em 31 de março de 2011 corresponde a R\$10.313, não serão integralizados ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes serão atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.
- (iii) A Companhia e suas controladas mantêm, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em atendimento a esses contratos, a Companhia possui a receber da CIE Internacional S.A. de C.V., em 31 de março de 2011, os montantes de R\$3.003 na controladora e de R\$4.186 no consolidado. O atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio não tem débitos com a Companhia. Esses saldos são atualizados pela variação do CDI.

A parte dos dividendos distribuídos pela Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2011 que deveria ser paga aos ex-acionistas CIE Internacional S.A. de C.V., no montante de R\$8.804, foi retida para liquidação parcial desse saldo.

Está computado no saldo a receber com a CIE Internacional S.A. de C.V. a totalidade do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, ao qual a Companhia aderiu em novembro de 2009, conforme nota explicativa nº 17, que, em 31 de março de 2011, representa R\$10.812.

- (iv) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para suprimento de caixa e para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo de vencimento.

12.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora (BR GAAP)

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

	31/03/11				
	Remuneração			Quantidade de profissionais	
	Variável			No início	No fim
	<u>Fixa</u>	<u>(*)</u>	<u>Total</u>	<u>do trimestre</u>	<u>do trimestre</u>
Conselho de Administração	62	-	62	2	2
Diretores estatutários	<u>1.025</u>	-	<u>1.025</u>	3	6
Total	<u>1.087</u>	-	<u>1.087</u>		

	31/03/10				
	Remuneração			Quantidade de profissionais	
	Variável			No início	No fim
	<u>Fixa</u>	<u>(*)</u>	<u>Total</u>	<u>do período</u>	<u>do período</u>
Conselho de Administração	81	-	81	3	3
Diretores estatutários	<u>602</u>	-	<u>602</u>	2	2
Total	<u>683</u>	-	<u>683</u>		

Consolidado (IFRS)

T4F Entretenimento S.A.
Notas Explicativas

	31/03/11				
	Remuneração			Quantidade de profissionais	
	Variável			No início	No fim
	<u>Fixa</u>	<u>(*)</u>	<u>Total</u>	<u>do trimestre</u>	<u>do trimestre</u>
Conselho de Administração	62	-	62	2	2
Diretores estatutários	<u>1.110</u>	<u>84</u>	<u>1.194</u>	7	9
Total	<u>1.172</u>	<u>84</u>	<u>1.256</u>		

	31/03/10				
	Remuneração			Quantidade de profissionais	
	Variável			No início	No fim
	<u>Fixa</u>	<u>(*)</u>	<u>Total</u>	<u>do período</u>	<u>do período</u>
Conselho de Administração	81	-	81	3	3
Diretores estatutários	<u>855</u>	<u>59</u>	<u>914</u>	10	9
Total	<u>936</u>	<u>59</u>	<u>995</u>		

(*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados no trimestre. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no ano anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.

O pessoal-chave da Administração não recebe: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

13. INVESTIMENTOS**a) Informações das controladas****a.1) 31 de março de 2011**

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)		Equivalência patrimonial 31/03/11	Investimentos em controladas em 31/03/11
		líquido do trimestre	Participação - %		
Área Marketing Brasil Ltda.	1.317	27	99,99	27	1.317
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.290	(158)	99,99	(158)	8.290
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	3.615	(87)	99,99	(87)	3.615
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (i)	43.020	1.397	100,00	1.397	43.020
T4F USA Inc.	1.258	39	100,00	39	1.258
Vicar Promoções Desportivas S.A. (ii)	8.524	196	75,00	<u>147</u>	<u>6.393</u>
Total				<u>1.365</u>	<u>63.893</u>

a.2) 31 de dezembro de 2010

	Lucro (prejuízo)			Investimentos
	Patrimônio	líquido do	Participação	em controladas
<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	<u>líquido</u>	<u>exercício</u>	<u>- %</u>	<u>em 31/12/10</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	1.290	440	99,99	1.290
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.448	(152)	99,99	8.448
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	3.702	4.856	99,99	3.702
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (i)	43.569	7.059	100,00	43.569
T4F USA Inc.	1.228	418	100,00	1.228
Vicar Promoções Desportivas S.A. (ii)	8.327	7.435	75,00	6.245

Notas Explicativas

Total 64.482

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 12, em 1º de julho de 2009, conforme Assembleia Geral Extraordinária, as controladas T4F Entretenimientos Argentina S.A. e T4F Inversiones S.A. deliberaram que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de R\$2.093 (equivalente a AR\$5.206 mil) e de R\$10.313 (equivalente a AR\$25.654 mil), respectivamente, não serão integralizados ao capital social de tais controladas. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido das controladas e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para transações entre partes relacionadas e serão pagos à controladora nos exercícios subsequentes.
- (ii) Em 30 de abril de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Vicar Promoções Desportivas S.A. aprovaram o aumento de capital, sem emissão de novas ações, no valor de R\$2.657, proporcionalmente à participação de cada acionista.

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas”

	Controladora
	<u>(BR GAAP)</u>
	<u>31/03/11</u>
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2010	64.482
Equivalência patrimonial	1.365
Ajustes acumulados de conversão	<u>(1.954)</u>
Saldo do investimento líquido em 31 de março de 2011	<u>63.893</u>

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral - 100%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional relacionado com a indústria do entretenimento e marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral - 100%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias diretamente relacionadas à indústria do entretenimento; a prestação de serviços de informatização de bilheterias, mediante o fornecimento de tecnologia e assistência técnica; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento ou aporte de capital em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina - 95%, Ticketmaster Argentina - 95%, Ticketek Argentina - 5%, Clemente Lococo - 95%, Pop Art - 100%, T4F Chile - 99,31%, Ticketmaster Chile - 99,35% e B.A. Inversiones - 5%. Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones - 41,07%, T4F Entretenimientos Argentina - 5%, Clemente Lococo - 5%, Ticketek Argentina - 95% e Ticketmaster Argentina - 5%.
- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - constituída em 26 de novembro de 2007 no estado da Flórida - EUA, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos, sendo atualmente a responsável pela promoção das corridas de “stock car” no Brasil.

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.204	83.204	83.204	83.204
Empresas adquiridas na Argentina-				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina e Clemente Lococo (v)	-	-	6.093	6.357
Total	<u>128.717</u>	<u>128.717</u>	<u>134.810</u>	<u>135.074</u>

- (i) Até o ano 2006, por ocasião de aquisição de participação acionária, passou a ser detentora de 55% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A., gerando para tal um ágio no valor R\$6.168.

Notas Explicativas

Em 3 de dezembro de 2007, o Acordo de Investimento e Outras Avenças foi aditado, resultando na revisão do valor pago anteriormente pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.774. Além disso, em atendimento à cláusula contratual contida no acordo original, especificamente com relação à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007, comparando-o com aquele definido no acordo, houve ajuste complementar no valor pago de R\$255. Em decorrência desse fato, foi registrado na Companhia o complemento do ágio no montante total de R\$5.029.

Em 10 de junho de 2009, o Acordo foi novamente aditado, resultando em nova revisão do valor pago pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.152; a diferença de preço de R\$621 foi paga à Companhia em 7 de julho de 2009, quando também foi pago o valor de R\$255, referente à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007. Nessa mesma data, a Companhia adquiriu de terceiros uma participação adicional de 20% do capital social da controlada (60 ações), gerando um ágio total de R\$6.421. De acordo com a IFRS 3 (revisada em 2008) está determinado que, uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.
- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas diretos e indiretos, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão com a participação dos acionistas.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação e em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido a zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

Esse ajuste foi registrado para atendimento restrito às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, uma vez que resultou de incorporação reversa (a Companhia incorporou sua controladora direta), embora permaneçam válidos os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio. Por esse motivo, o saldo desse ágio, mesmo com seu valor reduzido a zero por meio de provisão efetuada na própria ADTSPE, não produzirá efeito nas informações contábeis intermediárias dos acionistas controladores.

Notas Explicativas

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou um ágio no valor de R\$96.853, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Esse ágio foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2007. Em contrato celebrado em 2 de agosto de 2007, a Companhia alienou 1.200 ações da empresa B.A. Inversiones S.A., representativas de 5% do capital social, à T4F Inversiones S.A. pelo valor de R\$1.873, equivalente a US\$1.000. Com a operação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio e o investimento na controlada nos montantes de R\$2.092 e R\$143, respectivamente, e apurou perda de capital de R\$362, registrada no resultado do trimestre sob a rubrica “Outras receitas operacionais, líquidas”. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de julho de 2009, a Companhia registrou uma recuperação parcial desse ágio, no valor de R\$1.542, equivalente a US\$660, e de R\$506, equivalente a US\$270, respectivamente, pela indenização por parte do acionista anterior, CIE Internacional S.A. de C.V., de certos passivos registrados pelas controladas Pop Art S.A. e Ticketek Argentina S.A., quando da aquisição destas pela Companhia.
- (v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo. No caso da Pop Art S.A., em 14 de maio de 2007, a empresa adquiriu os 49% das ações, gerando um ágio de R\$6.435, que, somado ao ágio gerado na aquisição inicial de R\$3.683, resulta em R\$10.118. Em relação à Ticketek Argentina S.A., as controladas adquiriram essa empresa em 16 de maio de 2006, gerando um ágio total de R\$641. Tais ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2007, passando a ser testados pelos seus valores recuperáveis a partir de então.

Em 31 de dezembro de 2010, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 12% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 3%, a qual não excede o crescimento do produto interno bruto e/ou de mercado, esperado no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foram as seguintes:

Incremento na receita líquida	A Administração projeta o crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada (São Paulo e Rio de Janeiro). O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado. Adicionalmente, será incrementada a quantidade de shows nas praças em que já atua, associada à crescente demanda identificada no período imediatamente anterior ao período em que foram efetuadas as projeções.
Margem bruta projetada	Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade, associada a esperadas melhorias de eficiência.
Inflação dos preços dos ingressos	Foram consideradas, para elaboração dos preços dos ingressos, as previsões para os índices de preços ao consumidor para o período das projeções dos países em que a Companhia atua.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**a) Composição do imobilizado**

	Taxa média anual de	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>depreciação - %</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Custo reavaliado:					
Terrenos	-	-	-	429	448
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	77.474	77.164	99.122	98.874
Móveis e utensílios	6	4.371	4.353	7.900	7.737
Máquinas e equipamentos	7	10.475	10.344	15.021	14.880
Equipamentos de processamento de dados	17	5.468	5.362	8.689	8.640
Veículos	20	357	357	1.059	527
Imobilizado em andamento	=	<u>125</u>	<u>-</u>	<u>125</u>	<u>-</u>
Total		<u>98.270</u>	<u>97.580</u>	<u>132.345</u>	<u>131.106</u>

T4F Entretenimento S.A.
Notas Explicativas

Taxa média anual de depreciação - %		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
		<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(76.177)	(76.135)	(91.098)	(90.975)
Móveis e utensílios	6	(1.971)	(1.899)	(4.185)	(4.079)
Máquinas e equipamentos	7	(4.487)	(4.364)	(6.765)	(6.610)
Equipamentos de processamento de dados	17	(3.049)	(2.827)	(5.791)	(5.593)
Veículos	20	<u>(249)</u>	<u>(232)</u>	<u>(415)</u>	<u>(397)</u>
Total		<u>(85.933)</u>	<u>(85.457)</u>	<u>(108.254)</u>	<u>(107.654)</u>
Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	429	448
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		1.297	1.029	8.024	7.899
Móveis e utensílios		2.400	2.454	3.715	3.658
Máquinas e equipamentos		5.988	5.980	8.256	8.270
Equipamentos de processamento de dados		2.418	2.535	2.898	3.047
Veículos		109	125	644	130
Imobilizado em andamento		<u>125</u>	<u>-</u>	<u>125</u>	<u>-</u>
Total		<u>12.337</u>	<u>12.123</u>	<u>24.091</u>	<u>23.452</u>

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada pela Companhia a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento eletrônico de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

b) Composição de outros intangíveis

A rubrica "Outros intangíveis" representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
		<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Custo	-	4.462	4.243	9.671	9.660
Amortização	20	<u>(2.419)</u>	<u>(2.299)</u>	<u>(7.441)</u>	<u>(7.499)</u>
Total		<u>2.043</u>	<u>1.944</u>	<u>2.230</u>	<u>2.161</u>

c) Composição do imobilizado reavaliado e respectiva realização no período de três meses findo em 31 de março de 2011 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	31/03/11		
	Controladora (BR GAAP)		
	Depreciação		Valor
	Reavaliação	reavaliação	residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	790	(246)	544
Máquinas e equipamentos	2.399	(513)	1.886
Equipamentos de processamento de dados	<u>367</u>	<u>(222)</u>	<u>145</u>
	<u>30.430</u>	<u>(27.855)</u>	2.575
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(875)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de março de 2011			<u>1.700</u>

T4F Entretenimento S.A.
Notas Explicativas

	31/03/11		
	Consolidado (IFRS)		
		Depreciação	Valor
		acumulada da	residual da
	<u>Reavaliação</u>	<u>reavaliação</u>	<u>reavaliação</u>
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.384	(593)	791
Máquinas e equipamentos	4.212	(1.473)	2.739
Equipamentos de processamento de dados	<u>494</u>	<u>(323)</u>	<u>171</u>
	<u>32.964</u>	<u>(29.263)</u>	3.701
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.258)
Eliminações do consolidado (*)			<u>(743)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de março de 2011			<u>1.700</u>

(*) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

31/12/10			
Controladora (BR GAAP)			
		Depreciação	Valor
		acumulada da	residual da
	<u>Reavaliação</u>	<u>reavaliação</u>	<u>reavaliação</u>
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	790	(235)	555
Máquinas e equipamentos	2.399	(491)	1.908
Equipamentos de processamento de dados	<u>367</u>	<u>(216)</u>	<u>151</u>
	<u>30.430</u>	<u>(27.816)</u>	2.614
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(888)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010			<u>1.726</u>
31/12/10			
Consolidado (IFRS)			
		Depreciação	Valor
		acumulada da	residual da
	<u>Reavaliação</u>	<u>reavaliação</u>	<u>reavaliação</u>
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.386	(574)	812
Máquinas e equipamentos	4.211	(1.439)	2.772
Equipamentos de processamento de dados	<u>494</u>	<u>(315)</u>	<u>179</u>
	<u>32.965</u>	<u>(29.202)</u>	3.763
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.280)
Eliminações do consolidado (*)			<u>(757)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010			<u>1.726</u>

T4F Entretenimento S.A.
Notas Explicativas

(*) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Muta  o do imobilizado

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS)
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/11</u>
Saldo inicial	12.123	23.452
Adi��es:		
Obras civis, instala��es e benfeitorias em propriedades de terceiros	310	650
Móveis e utensílios	18	215
Máquinas e equipamentos	131	162
Equipamentos de processamento de dados, sistemas e aplicativos	106	151
Veículos	-	533
Imobilizado em andamento	<u>125</u>	<u>125</u>
Total	<u>690</u>	<u>1.836</u>
Baixa de controlada no trimestre:		
Baixas líquidas	-	(12)
Deprecia��o	(476)	(1.033)
Efeitos varia��o cambial	<u>-</u>	<u>(152)</u>
Saldo final	<u>12.337</u>	<u>24.091</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento eletrônico, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$9.040, em decorrência de execu  es fiscais e reclama  es trabalhistas e de consumidores.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

e) Mutação do intangível

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS)
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/11</u>
Saldo inicial	1.944	2.161
Adições (exclusões):		
Software	219	235
Amortização	(120)	(157)
Outras	—	(9)
Saldo final	<u>2.043</u>	<u>2.230</u>

Em 31 de dezembro de 2010, em atendimento ao CPC 01, os ativos imobilizado e intangível foram submetidos ao teste de “impairment”, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados, os quais não indicaram eventuais perdas a serem reconhecidas.

15. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Fornecedores nacionais	14.865	12.401	39.542	33.888
Fornecedores estrangeiros	<u>5.085</u>	<u>2.375</u>	<u>5.854</u>	<u>2.587</u>
Total	<u>19.950</u>	<u>14.776</u>	<u>45.396</u>	<u>36.475</u>

16. DEBÊNTURES

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010, com o Banco Bradesco BBI S.A., o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série

Notas Explicativas

única, no valor total da emissão de R\$150 milhões, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08.

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa média anual de juros - %</u>	<u>Controladora (BR GAAP) e consolidado (IFRS)</u>	
		<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Debêntures	CDI + 1,47 a 2,09	<u>150.304</u>	<u>150.276</u>
Parcela do passivo circulante		37.804	19.026
Parcela do passivo não circulante		112.500	131.250

- a) Em 31 de março de 2011, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:
- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
 - ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
 - iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
 - iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15 milhões.
 - v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim.
 - vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

- vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
 - viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
 - ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
 - x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.
- b) As debêntures são garantidas por:
- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
 - ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes dos contratos de patrocínio em vigor na data de assinatura da escritura de emissão.
 - iii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras de cartão de crédito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	Controladora <u>(BR GAAP)</u>
2012	18.750
2013	37.500
2014	37.500
2015	<u>18.750</u>
Total	<u>112.500</u>

Notas Explicativas**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
COFINS	292	1.889	456	2.176
PIS	60	413	98	478
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.979	4.827	3.084	4.951
Parcelamento de ISS (b)	-	-	510	418
IRPJ e CSLL	-	-	5.179	3.975
REFIS (c)	1.081	1.081	1.081	1.081
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	2	14	55
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	2.702	2.279
IVA	-	-	585	969
PIS e COFINS - parcelamento	219	217	219	217
Outros	<u>270</u>	<u>542</u>	<u>559</u>	<u>824</u>
Passivo circulante	<u>4.901</u>	<u>8.971</u>	<u>14.487</u>	<u>17.423</u>
PIS/COFINS	19	73	19	73
Parcelamento de ISS (b)	-	-	35	139
REFIS (c)	9.731	9.731	9.731	9.731
Imposto sobre faturamento (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.783</u>	<u>3.174</u>
Passivo não circulante	<u>9.750</u>	<u>9.804</u>	<u>12.568</u>	<u>13.117</u>

(a) Imposto sobre ingressos brutos, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente sobre as receitas nas controladas da Argentina.

(b) A Metropolitan Empreendimentos S.A. solicitou parcelamento dos débitos de ISS referentes ao período de 1999 a 2000, o qual foi aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças; os recolhimentos iniciaram-se a partir de maio de 2007. O valor principal do parcelamento foi de R\$834 e da multa de mora de R\$1.255, e o prazo para a

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

liquidação é de 60 parcelas. Sobre cada parcela da dívida incidem juros de 1%, calculados sobre o valor da parcela inicial. Ao final de cada ano, o saldo devedor será atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA-E.

(c) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 28 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

As entidades que optarem pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei podem liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e com benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em novembro de 2009 para débitos que até então vinha discutindo judicialmente. Em consequência de tal adesão, desistiu das discussões cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento e, por conseguinte, indicou a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN nº 03/10.

A próxima fase da consolidação dos débitos está agendada entre os dias 7 e 30 de junho de 2011, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 02/11.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Companhia, conforme a Lei nº 11.941/09:

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>
Débitos fiscais IRPJ/CSLL/PER/DCOMP - 2002 e 2003	10.551	10.551
Débitos fiscais PIS/COFINS - 1997 a 2000	<u>261</u>	<u>261</u>
Total	<u>10.812</u>	<u>10.812</u>

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, "merchandising" e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do exercício à medida que os serviços forem prestados.

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contratos de “naming rights” (a)	1.677	1.124	1.677	1.715
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	40.784	32.422	56.376	35.296
Eventos privados (b.2)	495	336	2.551	1.565
Vendas antecipadas de ingressos (c)	66.014	52.447	87.672	73.231
Intermediação de shows	—	—	—	1.483
Passivo circulante	<u>108.970</u>	<u>86.329</u>	<u>148.276</u>	<u>113.290</u>
Patrocínios - suítes e camarotes (b.1)	<u>1.284</u>	<u>1.313</u>	<u>1.284</u>	<u>1.313</u>
Passivo não circulante	<u>1.284</u>	<u>1.313</u>	<u>1.284</u>	<u>1.313</u>

(a) Contratos de “naming rights”

Consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos de cessão de espaço

(b.1) Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, geralmente a empresas, para uso em todo espetáculo artístico e cultural aberto ao público em geral, por período determinado e mediante pagamento de determinado valor por tal uso.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, mediante o pagamento de determinado valor.

(c) Vendas antecipadas de ingressos

Referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURALei Rouanet

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99.

Os valores recebidos pela Companhia são depositados e mantidos em conta-corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto em uma instituição financeira determinada pelo Ministério da Cultura e apresentados, quando existentes na rubrica “Caixa restrito”, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos para a realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar no fim do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

A seguir, composição dos montantes envolvidos:

	<u>Nº Pronac</u>	<u>Valor aprovado</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Controladora (BR GAAP)</u>				
Cats - O Musical	09 5007	6.155	-	253
Mamma Mia	09 7620	<u>13.396</u>	<u>4.073</u>	<u>3.132</u>
Total		<u>19.551</u>	<u>4.073</u>	<u>3.385</u>

Consolidado (IFRS)

Notas Explicativas

Cats - O Musical	09 5007	6.155	-	253
Mamma Mia	09 7620	13.396	4.073	3.132
Slava's	09 6299	3.231	-	40
Stomp	09 4969	<u>2.093</u>	<u>-</u>	<u>41</u>
Total		<u>24.875</u>	<u>4.073</u>	<u>3.466</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/03/11</u>
<u>Controladora (BR GAAP)</u>				
Cats - O Musical	253	119	(372)	-
Mamma Mia	3.132	3.266	(2.325)	4.073
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.385</u>	<u>3.388</u>	<u>(2.700)</u>	<u>4.073</u>

Consolidado (IFRS)

Cats - O Musical	253	119	(372)	-
Mamma Mia	3.132	3.266	(2.325)	4.073
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	-	3	(3)	-
Slava's	40	-	(40)	-
Stomp	<u>41</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.466</u>	<u>3.388</u>	<u>(2.781)</u>	<u>4.073</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em certas contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos com base nas avaliações de risco de perda provável. A Companhia mantém, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V., contratos em que esta se responsabilizou por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos antes de 1º de dezembro de 2000 (nesse caso, a acionista CIE será responsável por 100%) e entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007 (nesse caso, a CIE será responsável por 85% e Fernando Luiz Alterio por 15%, ou, se as participações societárias à época do fato gerador da referida contingência forem diferentes de 85% e 15%, a responsabilidade de tais acionistas será devida na proporção das respectivas participações então detidas), que resultem em perdas definitivas e com desembolsos para a Companhia, desde que tais perdas excedam o montante de US\$5 milhões, respeitadas as condições do citado contrato. Não obstante, a CIE é, nos termos do contrato de subscrição de ações, 100% responsável por contingências de qualquer natureza relacionadas às controladas localizadas na Argentina e no Chile que tenham fato gerador anterior a 14 de maio de 2007. Considerando os acontecimentos ocorridos dessa natureza até 31 de março de 2011 e em atendimento ao referido contrato, a CIE Internacional S.A. de C.V. tem a reembolsar à Companhia o valor total de R\$3.003, conforme nota explicativa nº 12. O atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio não tem débitos com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui uma garantia incondicional de pagamento, integral e à vista, em fiança constituída de acordo com as leis do Distrito Federal do México, outorgada por Corporación Interamericana de Entretenimiento, S.A.B. de C.V., uma companhia mexicana de capital aberto, controladora da CIE Internacional S.A. de C.V., que poderá ser executada pela Companhia a qualquer tempo, caso a obrigação de pagar as referidas perdas indenizáveis, previstas nos contratos de compra e venda, e de subscrição de ações, não seja cumprida pela CIE Internacional S.A. de C.V.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

31/03/11 31/12/10

Controladora (BR GAAP)

Trabalhistas	12.674	14.210
Cíveis	5.954	5.895
Tributários	<u>2.434</u>	<u>2.641</u>
Total	<u>21.062</u>	<u>22.746</u>
Circulante	6.900	6.972

Notas Explicativas

Não circulante	14.162	15.774
----------------	--------	--------

Consolidado (IFRS)

Trabalhistas	13.201	14.797
--------------	--------	--------

Cíveis	7.714	7.714
--------	-------	-------

Tributários	<u>5.807</u>	<u>6.898</u>
-------------	--------------	--------------

Total	<u>26.722</u>	<u>29.409</u>
-------	---------------	---------------

Circulante	7.357	7.494
------------	-------	-------

Não circulante	19.365	21.915
----------------	--------	--------

20.1. Processos tributários

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais contingências tributárias classificadas como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$26.919 (R\$26.646 em 31 de dezembro de 2010).

Entre os processos tributários que representavam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processos relativos a ISS: a maioria dos processos tributários, judiciais ou administrativos envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais. O montante global desses processos, em 31 de março de 2011, classificados como perda provável é de aproximadamente R\$23 e como perda possível de cerca de R\$7.467. Em todos esses processos a Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa ou judicial. Nos casos de processos judiciais, a Companhia ofereceu garantia mediante depósito em dinheiro, cartas de fiança ou nomeação de bens móveis de sua propriedade. Tais processos são relativos principalmente ao ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviços para ingressos cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços.

Em fevereiro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Município de São Paulo, com o objetivo de afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia o recolhimento de ISS em razão da isenção tributária prevista na Lei Municipal nº 15.134/10. A liminar foi concedida em 7 de fevereiro de 2011 e, posteriormente, confirmada por meio de sentença favorável à Companhia de 19 de abril de 2011,

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

que reconheceu seu direito à isenção prevista na citada Lei. Atualmente, aguarda-se eventual interposição de recurso de apelação por parte dos impetrados. O montante do imposto, objeto da discussão, no período compreendido entre abril de 2010 até 31 de março de 2011, é de R\$1.936. Nossos assessores classificam a probabilidade de perda desse caso como possível.

- b) A Companhia, em dezembro de 2009, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, para cujo processo se discute o valor de R\$7.360, que decorre, em suma, da cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos a: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda é possível.
- c) A Companhia, em julho de 2010, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, sendo discutido o valor de R\$2.279, decorrente, em suma, da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00, os quais foram acrescidos de multa de ofício (75%) e juros de mora, referentes ao ano-calendário 2007. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda é possível.
- d) Em dezembro de 2010, a Vicar Promoções Desportivas S.A., controlada da Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de Campinas - SP, sendo discutido o valor de R\$1.704, decorrente, em suma, da cobrança de valores de IRPJ e CSLL relativos a: (i) insuficiência ou falta de recolhimento de estimativas mensais apuradas com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução, referente aos anos-calendário 2005 e 2006; e (ii) cobrança de multa isolada para todos os meses envolvidos. Os valores relativos ao ajuste do ano-calendário 2006, multa de mora (20%) e juros foram pagos durante a fiscalização. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda é provável no que concerne à diferença entre o valor pago de multa de mora (20%) e o valor pago de multa de ofício (75%), e multa isolada referente a 2005, no valor aproximado de R\$396, e remota no que concerne aos valores pagos durante a fiscalização, e multa isolada referente a 2006.

20.2. Processos trabalhistas

Com base na avaliação efetuada por seus assessores jurídicos externos, a Companhia e suas controladas possuem riscos trabalhistas e previdenciários no montante de R\$9.451 (R\$10.681 em 31 de dezembro de 2010). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações de natureza trabalhista cujo risco de perda é provável, conforme opinião dos assessores jurídicos externos, totalizando R\$3.750 (R\$4.116 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia e suas controladas, em 31 de março de 2011, estão envolvidas em 95 processos trabalhistas, cujos riscos foram considerados possíveis, no valor de R\$5.534 (R\$5.394 em 31 de dezembro de 2010, correspondentes a 82 processos).

Notas Explicativas

Entre os processos trabalhistas que representavam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processo, em trâmite perante a 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, em 31 de dezembro de 2010, está em fase de execução provisória em primeira instância; há recurso de revista da Companhia pendente de julgamento. O valor bruto envolvido é de R\$1.690, cuja perda é classificada como provável.
- b) Processo/expediente que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto por Roberto Costa contra as seguintes empresas: T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A., T4F Entretenimientos Argentina S.A., B.A. Inversiones S.A., Pop Art S.A., Clemente Lococo S.A., Ticketmaster S.A. e T4F Entretenimento S.A. O reclamante invoca, em suma, diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa em 10 de dezembro de 2010, por cada uma das empresas reclamadas, e aguarda a instrução e o julgamento do processo, sendo o valor envolvido de R\$2.835, cuja perda é classificada como possível.

20.3. Processos cíveis e outros

A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis no montante de R\$7.714, classificados como risco de perda provável (R\$7.714 em 31 de dezembro de 2010). As principais alegações no Brasil advêm de violação a normas consumistas e negativas de venda de ingressos com 50% de desconto (decorrentes de leis referentes à “meia-entrada”) e na Argentina perseguem responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Entre os processos cíveis que representavam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Entre os processos cujo risco de perda é classificado como possível inclui-se o litígio com o Clube Atlético Mineiro, no valor de R\$28.438 em 31 de março de 2011, correspondente a 1/3 do total pleiteado, conforme descrito a seguir: o processo, em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, refere-se a uma ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autorizará, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que satisfizer a obrigação poderá, subsequentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a inexistência de um pré-contrato vinculante entre as partes, bem como a impossibilidade de incidência da cláusula penal prevista no acordo de exclusividade pactuado. Atualmente, aguarda-se eventual interposição de recurso de apelação do autor.
- b) A Companhia autora reconvinda em demanda, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de São Paulo, movida contra Galaxy do Brasil, ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e, de acordo com os advogados, a chance de perda da Companhia é possível.

- c) A Companhia é parte ativa em duas ações renovatórias de contratos de locação dos imóveis, nos quais a Companhia opera duas de suas casas de espetáculos: (i) Citibank Hall; e (ii) Credicard Hall, ambas em São Paulo. Tais ações foram propostas em fevereiro de 2008 e em julho de 2009 e tramitam perante a 2ª e 28ª Varas Cíveis do Foro Central da Comarca de São Paulo, respectivamente; no polo passivo da ação citada no item (i) anterior figura a Associação Brasileira de Educação e Assistência - ABEA e no polo passivo da ação citada no item (ii) anterior está a Companhia Horário Sabino Coimbra - Comércio e Participações Ltda. Segundo os advogados da Companhia, a probabilidade de perda na ação do item (i) anterior é provável no que concerne a retomada do imóvel; dessa forma, a provisão para as verbas de sucumbência é de R\$239 e a probabilidade de perda na ação do item (ii) é remota. Ambos os processos estão em fase de produção de prova pericial, para posterior decisão de primeira instância.
- d) A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial do Foro Central da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheteiras oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou defesa nesse processo, e, em 31 de março de 2011, o processo aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos advogados da Companhia, o risco de perda é possível; e (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia: (1) de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone; e (2) de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. Além disso, o Ministério Público pede a condenação da Companhia à restituição aos consumidores dos valores pagos a título de taxa de conveniência e de entrega, após o trânsito em julgado da decisão. A Companhia já apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos advogados da Companhia, o risco de perda é possível.
- e) A Companhia, nos anos 2010 e 2011, foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, cujos autos de infração envolvem o valor de R\$1.786. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e limitação de venda de meia-entrada a estudantes no Município de São Paulo, entre outros atos que, segundo entendimento do PROCON, consistem em condutas infringentes ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos são classificados como risco de perda possível, e todos os autos de infração encontram-se em discussão na esfera administrativa. Caso esgotada a esfera administrativa sem sucesso da Companhia, esta poderá discutir tais autuações na esfera judicial.

T4F Entretenimento S.A.
Notas Explicativas

20.4. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

<u>Controladora (BR GAAP)</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	Atualização	
				<u>monetária</u>	<u>31/03/11</u>
Trabalhistas	14.210	-	(1.666)	130	12.674
Cíveis	5.895	59	-	-	5.954
Tributárias	<u>2.641</u>	<u>1</u>	<u>(230)</u>	<u>22</u>	<u>2.434</u>
Total	<u>22.746</u>	<u>60</u>	<u>(1.896)</u>	<u>152</u>	<u>21.062</u>

<u>Consolidado (IFRS)</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	Atualização	
				<u>monetária</u>	<u>31/03/11</u>
Trabalhistas	14.797	-	(1.724)	128	13.201
Cíveis	7.714	80	(97)	17	7.714
Tributárias	<u>6.898</u>	<u>1</u>	<u>(1.204)</u>	<u>112</u>	<u>5.807</u>
Total	<u>29.409</u>	<u>81</u>	<u>(3.025)</u>	<u>257</u>	<u>26.722</u>

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de março de 2011, o capital social da Companhia é de R\$49.537 e é representado por 57.466.312 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$13.075, sem a emissão de novas ações ordinárias e nominativas sem valor nominal. Referido aumento de capital ocorreu com a utilização das reservas de retenção de lucros da Companhia existentes até 31 de dezembro de 2010.

Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia naquela data, à razão de 4:1, de forma que cada 4 ações ordinárias de sua emissão passaram a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 ações ordinárias para 57.466.312 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações.

Em 22 de março de 2011, os acionistas firmaram um Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, nos termos do qual a F.A. Participações S.A. ("F.A. Part") vendeu e transferiu o GIF-II Fundo de Investimento em Participações ("GIF-II"), gerido pelo GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda., 2.011.321 ações ordinárias de titularidade da F.A. Part representativas de 3,5% do capital social da Companhia, ao preço total de R\$1,00.

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

Os dividendos obrigatórios e adicionais, destacados em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$9.175 e R\$27.254, respectivamente, foram pagos em 30 de março de 2011.

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2010, foi constituída reserva legal no valor de R\$1.705. Em 2010, o valor destinado à reserva legal é inferior aos 5% definidos na Lei das Sociedades por Ações, para atender a outra obrigação da Lei, em que o total de reserva legal não pode ultrapassar 20% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, *"o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos"*.

Notas Explicativas**e) Ajustes de avaliação patrimonial**

Em 31 de março de 2011, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Ajustes de avaliação patrimonial”, perda relativa ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior, no montante de R\$1.954 (ganho acumulado de R\$2.912 em 31 de dezembro de 2010).

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Receita bruta:				
Prestação de serviços	35.942	112.155	86.567	174.469
Receita de produtos	-	-	1.923	6.873
Impostos incidentes	<u>(2.911)</u>	<u>(14.955)</u>	<u>(6.420)</u>	<u>(19.806)</u>
Receita líquida	<u>33.031</u>	<u>97.200</u>	<u>82.070</u>	<u>161.536</u>

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

23. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(56)	345	(99)	169
Serviços de terceiros	(3.642)	(2.180)	(5.841)	(4.442)
Utilidades e facilidades	(647)	(559)	(764)	(675)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(7.418)	(7.032)	(11.747)	(11.334)
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>55</u>	<u>(608)</u>	<u>(209)</u>	<u>(1.048)</u>
Despesas operacionais	<u>(11.708)</u>	<u>(10.034)</u>	<u>(18.660)</u>	<u>(17.330)</u>

24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Salários e bonificações	(4.155)	(3.961)	(7.639)	(7.434)
Despesa de férias	(411)	(403)	(571)	(690)
Despesa de 13º salário	(282)	(290)	(511)	(492)
Encargos sociais	(1.537)	(1.503)	(2.491)	(2.585)
Participação nos resultados - bônus	(259)	(789)	(295)	(1.034)

Notas Explicativas

Pagamento com base em ações	(383)	-	(383)	-
Outros benefícios a empregados (*)	<u>(665)</u>	<u>(542)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>(923)</u>
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(7.692)</u>	<u>(7.488)</u>	<u>(13.061)</u>	<u>(13.158)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(274)	(456)	(1.314)	(1.824)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	<u>(7.418)</u>	<u>(7.032)</u>	<u>(11.747)</u>	<u>(11.334)</u>
Total	<u>(7.692)</u>	<u>(7.488)</u>	<u>(13.061)</u>	<u>(13.158)</u>

(*) A Companhia não oferece plano de contribuição nem benefício definido a seus empregados.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(68)	(2.753)	(396)	(3.308)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(74)	(63)	(521)	(520)
Multas - processos contingentes	-	(141)	(12)	(171)
Perda de investimentos em fundos cambiais	(126)	-	(126)	-
Juros com debêntures	(4.532)	-	(4.532)	-
Outras	<u>(129)</u>	<u>(110)</u>	<u>(298)</u>	<u>(147)</u>
Total	<u>(4.929)</u>	<u>(3.067)</u>	<u>(5.885)</u>	<u>(4.146)</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	51	975	334	1.038

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	1.890	536	2.323	843
Ganhos líquidos decorrentes de operação de "swap"	-	448	-	448
Outras	<u>1</u>	<u>28</u>	<u>9</u>	<u>35</u>
Total	<u>1.942</u>	<u>1.987</u>	<u>2.666</u>	<u>2.364</u>

T4F Entretenimento S.A.
Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(643)	(10.812)	(1.083)	(11.468)
Ativas	622	7.207	1.255	8.529
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(157)	(199)	(192)	(231)
Ativas	<u>36</u>	<u>20</u>	<u>53</u>	<u>35</u>
Total	<u>(142)</u>	<u>(3.784)</u>	<u>33</u>	<u>(3.135)</u>

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Reversão de riscos contingentes	1.836	1.280	2.944	1.327
Resultado na baixa de ativo imobilizado por perda	-	(32)	(36)	1.596
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>468</u>	<u>131</u>	<u>839</u>	<u>1.398</u>
	<u>2.304</u>	<u>1.379</u>	<u>3.747</u>	<u>4.321</u>

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(1.230)	(893)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(31)	(208)
IRPJ e CSLL diferidos	(250)	(9.364)	(239)	(9.328)
Total	(250)	(9.364)	(1.500)	(10.429)

A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Lucro do exercício antes do IRPJ e da CSLL	1.089	19.945	2.388	21.212
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(370)	(6.781)	(812)	(7.212)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(4)	(114)	(6)	(160)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	25	(212)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	(88)	600
Controlada tributada no exterior	-	-	(283)	6

Notas Explicativas

Resultado de equivalência patrimonial	464	1.035	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(130)	-	(130)	-
Outras	<u>(210)</u>	<u>(3.504)</u>	<u>(206)</u>	<u>(3.451)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(250)</u>	<u>(9.364)</u>	<u>(1.500)</u>	<u>(10.429)</u>

A alíquota utilizada nas conciliações de março de 2011 e de 2010 apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária daquela jurisdição.

b) Impostos correntes ativos e passivos

	Consolidado (IFRS)			
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Impostos correntes ativos-				
IRPJ e CSLL - antecipações	<u>=</u>	<u>34</u>	<u>3.700</u>	<u>5.407</u>
Impostos correntes passivos-				
IRPJ e CSLL	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>4.972</u>	<u>3.975</u>

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas informações contábeis intermediárias na controladora e no consolidado:

Controladora (BR GAAP)

	Reconhecido	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>
Impostos diferidos ativos sobre-		
Não circulante:		
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 15)	55.589	55.589

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47	19	66
Provisão para riscos	7.644	(483)	7.161
Provisão para participação nos resultados e bônus	1.333	(934)	399
Prejuízos fiscais	18.475	1.002	19.477
Base negativa de CSLL	6.884	361	7.245
Outras provisões	<u>194</u>	<u>(75)</u>	<u>119</u>
	<u>90.166</u>	<u>(111)</u>	<u>90.056</u>
Impostos diferidos passivos sobre-			
Não circulante:			
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(889)	14	(875)
Variação cambial	<u>(150)</u>	<u>(153)</u>	<u>(303)</u>
	<u>(1.039)</u>	<u>(139)</u>	<u>(1.178)</u>
Total	<u>89.127</u>	<u>(249)</u>	<u>88.878</u>

Consolidado (IFRS)

	<u>31/12/10</u>	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>31/03/11</u>
Impostos diferidos ativos sobre-				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 15)	55.589	-	-	55.589
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47	19	-	66
Provisão para contingências	9.173	(1.349)	866	8.690
Provisão para participação nos resultados e bônus	1.333	(934)		399

T4F Entretenimento S.A.
Notas Explicativas

	<u>31/12/10</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Reconhecido em outros resultados abrangentes</u>	<u>31/03/11</u>
Prejuízos fiscais	18.475	1.002	-	19.477
Base negativa de CSLL	6.884	361	-	7.245
Outras provisões	<u>1.102</u>	<u>(687)</u>	<u>514</u>	<u>929</u>
	<u>92.603</u>	<u>(1.588)</u>	<u>1.380</u>	<u>92.395</u>

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

	<u>31/12/10</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Reconhecido em outros resultados abrangentes</u>	<u>31/03/11</u>
Impostos diferidos passivos sobre-				
Não circulante:				
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.279)	241	(221)	(1.259)
Variação cambial	<u>(150)</u>	<u>(153)</u>	-	(303)
	<u>(1.429)</u>	<u>88</u>	<u>(221)</u>	<u>(1.562)</u>
Total	<u>91.174</u>	<u>(1.500)</u>	<u>1.159</u>	<u>90.833</u>

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados

	<u>Consolidado (IFRS)</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:		
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	9.091	8.884
Diferenças temporárias dedutíveis	<u>(75)</u>	<u>756</u>
	9.016	9.640
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Impostos diferidos ativos não reconhecidos n fim do trimestre	<u>3.065</u>	<u>3.278</u>

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Notas Explicativas

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos técnicos de viabilidade, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos registrados em março de 2011.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u> <u>(BR GAAP)</u>	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS)</u>
2011	22.969	23.480
2012	24.704	25.313
2013	26.818	27.428
2014	<u>15.565</u>	<u>16.174</u>
Total	<u>90.056</u>	<u>92.395</u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

<u>Rubrica</u>	<u>Contas</u> <u>patrimoniais</u>	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	Controladora e consolidado	
			(BR GAAP e IFRS)	
			<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Debêntures	Passivo circulante e não circulante	16	(150.304)	(150.276)
Total de exposição			(150.304)	(150.276)

- i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 6.
- ii) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% ao ano em 31 de março de 2010 e 2,09% ao ano em 25 de março de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.
- iii) Adicionalmente, para atender à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 31 de março de 2011, a Administração estimou, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Cenário			
	<u>31/03/11</u>	<u>Provável (3)</u>	<u>Possível (2)</u>	<u>Remoto (1)</u>
Premissas		CDI - 12,25%	CDI - 15,31%	CDI - 18,38%
Debêntures	(150.304)	(171.804)	(177.061)	(187.915)
Aplicações financeiras	<u>70.113</u>	<u>57.110</u>	<u>58.857</u>	<u>62.465</u>
Exposição líquida	<u>(80.191)</u>	<u>(114.694)</u>	<u>(118.204)</u>	<u>(125.450)</u>

Premissas		
<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>

Notas Explicativas

CDI	Relatório Focus - BACEN (25/03/11)	25% sobre taxa provável	50% sobre taxa provável
-----	--	----------------------------	----------------------------

- (1) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na variável de risco.
- (2) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco.
- (3) No cenário provável, a Companhia apresentaria uma exposição líquida de R\$114.694 nos próximos 12 meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures, acrescidos da sobretaxa de 1,83% ao ano. Para as aplicações financeiras, foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de março de 2011. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam um incremento da exposição líquida de R\$3.510 e R\$10.756, respectivamente, em comparação ao cenário provável.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui exposição de variação de moeda estrangeira, em virtude dos contratos de fornecedores internacionais (passivo em dólares norte-americanos) e por este motivo contratou Termo de Moeda - NDF (Non-Devilerable Foward) e Fundo Cambial.

A NDF contratada em 12 de janeiro de 2011, no valor de US\$2.986 (PTAX de 1,7095) foi liquidada em 1º de abril de 2011 (PTAX de 1,6287), sofrendo variação negativa de R\$241, sendo essa variação registrada e reconhecida no resultado financeiro.

O investimento em fundo cambial de R\$5.200, contratado em 4º de janeiro de 2011 foi resgatado na sua totalidade em 8 de abril de 2011, sofrendo variação negativa na cota de -5,2%, equivalente a R\$270 que foi registrado e reconhecido no resultado financeiro.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a exposição cambial apresentava-se conforme o quadro a seguir:

Contas	Nota	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS)
--------	------	---------------------------	-----------------------

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

<u>Rubrica</u>	<u>patrimoniais</u>	<u>explicativa</u>	<u>Moeda</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	12 (a, b, c)	Pesos argentinos	12.948	13.508	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	12 (a, b, c)	Dólares norte-americanos	3.972	12.329	5.021	13.065
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	12 (a, b, c)	Dólares norte-americanos	(13.102)	(13.371)	-	-
Fornecedores	Passivo circulante	15	Dólares norte-americanos	(5.085)	(2.375)	(5.856)	(2.588)
Total de exposição				<u>(1.267)</u>	<u>10.091</u>	<u>(835)</u>	<u>10.477</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor de US\$8.000, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar em moedas estrangeiras devidos aos fornecedores.

c) Análise sensitiva de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis intermediárias consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2011, foi estimado que um aumento ou uma redução de 10% nas flutuações e/ou nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido as receitas ou despesas financeiras de aproximadamente R\$1.100. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e dos financiamentos em aberto.

Notas Explicativas

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido, detalhado na nota explicativa nº 25.

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a cobertura está demonstrada como segue:

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

		Importância segurada	
		<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
	<u>Modalidade</u>		
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Responsabilidade civil geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, responsabilidade civil - empregador, responsabilidade civil - garagista e danos morais	22.496	14.281
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	68.577	69.449
Total		<u>91.073</u>	<u>83.730</u>

30. COOBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS**a) Aluguéis das casas de espetáculo**

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, quais sejam, Credicard Hall, Citibank Hall São Paulo e Citibank Hall Rio de Janeiro, além do Teatro Opera Citi em Buenos Aires, Argentina, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das aludidas casas de espetáculos e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consistente em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio e outras avenças, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três

Notas Explicativas

meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes é como segue:

<u>Ano</u>	Controladora (BR GAAP) e consolidado (IFRS)
	<u>31/03/11</u>
Até 1º ano	1.720
Do 2º ao 5º ano	11.934
Após 5º ano	<u>8.306</u>
Total	<u>21.960</u>

b) Cartas de garantia de crédito

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totaliza aproximadamente US\$38.287 e US\$28.000, respectivamente.

c) Cartas de fiança

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totaliza aproximadamente R\$6.448 e R\$6.600, respectivamente.

31. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

época das opções. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As tranches anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas, caso o contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Desde a data de aprovação do referido Plano foram celebrados contratos de opções e outorga para sete executivos contemplados; entretanto, em datas distintas. Conforme determinam os contratos, os ganhos dessas opções serão liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo; portanto, a Companhia registrou essa obrigação como um passivo financeiro em 31 de março de 2010.

O valor justo dessas opções foram calculados com base no modelo “Black & Scholes” no fim de cada exercício social, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano da outorga</u>	<u>Quantidade de opções outorgadas</u>	<u>Valores registrados no resultado até 31/12/10</u>	<u>Valores registrados no resultado do trimestre findo em 31/03/11</u>	<u>Saldo do passivo financeiro em 31/03/11</u>	<u>Valores a registrar em exercícios futuros</u>
2007	5.026.666	1.886	226	2.112	457
2008	2.022.305	642	131	773	375
2010	<u>477.492</u>	<u>21</u>	<u>26</u>	<u>47</u>	<u>56</u>
Total	<u>7.526.463</u>	<u>2.549</u>	<u>383</u>	<u>2.932</u>	<u>888</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado					
<u>Datas de outorga</u>	<u>28/09/07</u>	<u>01/10/07</u>	<u>15/07/08</u>	<u>23/02/10</u>	<u>01/03/10</u>
Número de executivos contemplados	2	1	2	1	1
Término do prazo de exercício das opções da	28/09/14	01/10/14	15/07/15	23/02/17	01/03/17

Notas Explicativas

última tranche

Volatilidade do preço da ação	33,21%	33,21%	33,21%	33,21%	33,21%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	11,96%	11,48%	11,48%
Preço para exercício por opção em R\$	2,74	2,74	2,74	2,74	2,74
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 plano não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI
Preço para exercício, corrigido pelo CDI - R\$	2,74	2,74	2,74 e 4,10, respectivamente	4,10	4,10
Valor justo por ação - R\$	0,38	0,37	0,35 e 0,02, respectivamente	0,04	0,04

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho dos segmentos operacionais foi identificado pelos principais executivos da Companhia.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, a principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas a: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tíquetes, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) eventos esportivos. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de março de 2011 e de 2010. Os valores fornecidos são consistentes com os saldos registrados nas informações contábeis intermediárias, bem como com as políticas contábeis aplicadas:

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

Consolidado (IFRS)				
31/03/11				
	Promoção de eventos	Operação de bilheteria, alimentação e bebidas, operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita operacional líquida	53.514	11.614	16.942	82.070
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(48.011)	(10.422)	-	(58.433)
Lucro bruto	5.503	1.192	16.942	23.637
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.768)	(4.756)	-	(9.524)
	735	(3.564)	16.942	14.113
Despesas administrativas				(8.539)
Despesas financeiras				(3.186)
Lucro antes dos impostos				<u>2.388</u>

Consolidado (IFRS)				
31/03/10				
	Promoção de eventos	Operação de bilheteria, alimentação e bebidas, operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita operacional líquida	115.020	19.596	26.920	161.536
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(107.461)	(13.177)	-	(120.638)
Lucro bruto	7.559	6.419	26.920	40.898
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(2.896)	(3.934)	-	(6.830)
	<u>4.663</u>	<u>2.485</u>	<u>26.920</u>	<u>34.068</u>
Despesas administrativas				(7.939)

Notas Explicativas

Despesas financeiras	<u>(4.917)</u>
Lucro antes dos impostos	<u><u>21.212</u></u>

b) Informações geográficas

A Companhia opera em três principais áreas geográficas: Brasil, Argentina e Chile.

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado (IFRS)	
	<u>30/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Receita líquida:		
Brasil	44.176	125.354
Argentina	18.864	25.311
Chile	19.030	10.871
Lucro bruto:		
Brasil	17.410	36.923
Argentina	1.299	1.012
Chile	4.928	2.963
Lucro operacional:		
Brasil	12	19.889
Argentina	(1.386)	(1.098)
Chile	3.762	2.421

Notas Explicativas

T4F Entretenimento S.A.

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Informação suplementar:				
Dividendos a receber de controladas	(2.538)	-	-	-
Dividendos retidos - vide nota explicativa nº 12 b)	8.804	-	8.804	-
Aquisição de imobilizado não liquidada	16	16	162	71
Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	2.059	126	2.918	126
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(689)	(701)

34. LUCRO POR AÇÃOBásico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício / trimestre, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício / trimestre.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição; dessa forma, não há diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir e considerando o grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011.

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS)	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
Lucro do trimestre atribuível aos acionistas da Companhia	<u>839</u>	<u>10.581</u>	<u>839</u>	<u>10.581</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>57.466</u>	<u>57.466</u>	<u>57.466</u>	<u>57.466</u>
Lucros por ação básico e diluído - R\$	<u>0,0146</u>	<u>0,1841</u>	<u>0,0146</u>	<u>0,1841</u>

No contexto do processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia ocorrida em 13 de abril de 2011 (nota explicativa nº 35), foram emitidas 11.724.138 novas ações ordinárias. Estas novas ações não foram consideradas no cálculo do lucro por ação, uma vez que os recursos recebidos na emissão das referidas ações não estavam disponíveis para utilização pela Companhia até o trimestre findo em 31 de março de 2011, mas irão impactar o cálculo do resultado por ação nos próximos trimestres e no exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão desta Informações Trimestrais.

35. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 13 de abril de 2011 a Companhia obteve o registro de companhia aberta no processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações. Foram emitidas 11.724.138 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor unitário por ação foi de R\$16,00, perfazendo um montante bruto de R\$187.586 totalmente capitalizados. Neste contexto, os recursos líquidos dos gastos com emissão de ações, que ingressaram na Companhia em 15 de abril de 2011, totalizaram R\$177.767.

36. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião de diretoria ocorrida em 6 de maio de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da T4F Entretenimento S.A. essas práticas aplicáveis às informações contábeis individuais diferem das IFRSs somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Resamos, também, as demonstrações intermediárias, individual e consolidada, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Reynaldo Awad Saad
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 215056/O-1